

## INTERVENÇÃO NO PERÍODO LEGISLATIVO DE SETEMBRO/2002

Senhor Presidente

Senhoras e Senhores Deputados

Senhor Presidente e Membros do Governo

Na semana transacta iniciou-se o ano lectivo em todas as escolas da nossa Região. Importa neste Plenário traçar algumas considerações sobre o mesmo, visto ser um momento importante da vida de cerca de um quarto da nossa população. Uns porque é início de um percurso que durará mais uma dezena de anos, outros porque regressam a um espaço que gostam, porque que é lá que são confrontados com as aprendizagens e saberes que muito contribuirão para a sua realização pessoal e profissional, como para a sua integração plena na sociedade. Outros ainda, os que lá trabalham, desde os administrativos e auxiliares de educação aos professores regressaram ao espaço que, se não fossem os primeiros outros rumos teriam tomado as suas próprias vidas.

O início deste ano lectivo foi assinalado por todos, pelo Governo na abertura do ano escolar da Escola EB 2,3 Francisco Ornelas da Câmara, pelos Deputados Socialistas eleitos por S. Miguel na Escola Secundária da Lagoa, pelo principal partido da oposição, na Escola EB 2,3, de Vila Franca do Campo e por todos os órgãos de comunicação social. Se Governo e nós deputados eleitos pelo PS apostamos em assinalar o início

com a obra feita ou a realizar, a oposição aproveita o momento para lançar farpas ao Governo por promessas ditas não cumpridas, tendo como referência um documento base que é a Carta Escolar, da qual têm inveja porque nunca terem tido um instrumento de primordial importância para o planeamento do sistema educativo. Instrumento este, que o Continente ainda não possui e que o Governo Central propôs só agora aos recém criados conselhos municipais de educação que o realizassem, aquando da última descentralização de poderes para os municípios.

Tal como já afirmei nesta Câmara, a Carta Escolar é um instrumento orientador do desenvolvimento do sistema educativo, com particular ênfase na vertente organizativa e das infra-estruturas educacionais, que deve ser revisto periodicamente o que está previsto no documento para ser anual, um período talvez considerado curto para um instrumento de planeamento. Neste momento procede-se à sua reformulação.

Este documento não é posto em causa nas suas premissas, mas sim no cronograma previsto para a intervenção a levar a efeito nas diversas escolas ao nível das construções e requalificações.

Dos quatro pontos enunciados na Resolução n.º 1/2000, de 6 de Janeiro a Carta Escolar é aprovada sem prejuízo dos instrumentos orçamentais e de planeamento que, nos termos da lei, em cada ano, venham a ser aprovados. Chamo a atenção para este ponto da Resolução porque tenho visto o PSD ir a determinadas escolas dizer: esta escola deveria estar feita ou a intervenção concluída. Como fizeram a título exemplo no Faial, sobre a sua

nova Escola Secundária, quando estas não estavam previstas nos Orçamentos Anuais.

Senhor Presidente

Senhoras e Senhores Deputados

Senhor Presidente e Membros do Governo

Este ano lectivo, todas as escolas abriram nas datas previstas no calendário escolar, fazendo esquecer os tempos em que escolas chegavam a abrir passados um mês ou mais das datas de início escolar por falta de professores, de funcionários ou por obras em atraso.

O número de alunos do ensino oficial para este ano é de cerca de 46 000. Verificando-se a tendência de anos anteriores, a perda média de 1000 alunos\ano. Os sectores que apresentaram crescimentos pouco significativos foram o pré-escolar e o 2º ciclo.

O decréscimo de alunos tem-se verificado de forma mais acentuada nas ilhas mais pequenas e nos concelhos de Povoação e Nordeste na ilha de S.Miguel. Esta ilha já concentra cerca de 60% da população escolar e o concelho da Lagoa é o que apresenta crescimentos mais significativos. O número de turmas, voltou a diminuir este ano, mas a média de alunos por turma manteve-se nos 18,7 alunos. Para nós, como para qualquer responsável educativo, este número é uma referência como condição essencial para o sucesso dos alunos. Estamos portanto dentro dos padrões

médios do nosso país e da Europa. Para o principal Partido da oposição esta é uma das suas principais armas de arremesso à política da Educação deste Governo. Os números que apresentavam, quando estavam no Governo não eram melhores.

Em relação ao número alunos matriculados para o corrente ano salienta-se ainda que 70% dos jovens açorianos que concluem o 9.º ano de escolaridade prosseguem hoje os seus estudos no secundário, incluindo o ensino técnico-profissional. Estando este último com mais de seis mil alunos matriculados a par do ensino secundário regular.

Este número de alunos matriculados nas diversas modalidades do ensino profissional é uma resposta do actual sistema de ensino que muito contribuirá para a empregabilidade dos nossos jovens. A taxa de ocupação dos jovens passou de 14,7% em 1996, para 35,4% no ano transacto.

Senhor Presidente

Senhoras e Senhores Deputados

Senhor Presidente e Membros do Governo

A diminuição do número de alunos do 1.º ciclo tem levado desde há vários anos ao encerramento de algumas escolas. Este ano foram 16 das Flores a S. Miguel. Para esta iniciativa o Senhor Secretário Regional da Educação deslocou-se a todas as localidades por forma a explicitar os motivos e as

vantagens destas decisões, numa disponibilidade que é grato referir e pouco vezes verificadas noutros tempos.

O encerramento de algumas destas escolas motivou protestos por parte de pais e encarregados de educação, muitas vezes secundados pelos próprios partidos, em especial os da oposição.

Esta medida não compreendida por alguns visa melhorar a qualidade do ensino, rentabilizar os recursos humanos, melhorar a socialização dos alunos e obter ganhos financeiros.

O encerramento tem por base os Despachos Normativos n.º 24/2001, de 26 de Abril e o n.º 20/2002, de 26 de Abril. Se um determina o encerramento de escolas com menos dez alunos, mantendo uma escola por freguesia, o segundo obriga a que, caso se verifique a existência numa freguesia menos de 10 alunos, esta só poderá funcionar mediante autorização superior. Dos referidos despachos também não se pode inferir que não se possa fechar escolas com mais de 10 alunos. Se assim fosse era impossível fazer qualquer alteração à rede escolar por forma a racionalizar as estruturas educativas.

Para nós esta medida é facilitadora das aprendizagens, melhora a qualidade do ensino, acaba com a situação de um professor para quatro anos de escolaridade e elimina a situação de isolamento a que um docente é colocado numa escola de lugar único.

Com esta medida torna-se mais fácil ainda implementar um sistema de monodocência coadjuvada no 1.º ciclo do ensino básico, permitindo a gradual introdução de uma língua estrangeira nos 3.º e 4.º anos, o ensino da música, da educação física e os apoios educativos quer para os alunos com necessidades educativas especiais quer ao nível da educação especial.

Importa ainda referir que todos alunos deslocados estão a beneficiar de transporte escolar e de uma refeição diária.

Senhor Presidente

Senhoras e Senhores Deputados

Senhor Presidente e Membros do Governo

Apesar da diminuição do número de alunos e de turmas no nosso sistema de ensino foram integrados 245 novos docentes nos quadros de Professores da Região. Neste concurso passaram aos quadros de escola 495 professores e educadores de infância, vindo a maioria dos quadros de zona pedagógica, que passaram a poder ter uma maior estabilidade nas suas vidas. Ao nível dos professores contratados já se ultrapassou as oito centenas de colocações, esgotando-se quase por completo as listas de professores que concorreram ao abrigo das novas prioridades instituídas pelo Decreto Regulamentar Regional n.º4/2002/A, de 21 de Janeiro, dos quais falta colocar menos de duas centenas, em grupos como a Matemática, Português-Inglês, Filosofia e Biologia.

Se a primeira alteração verificada nos mecanismos dos concursos trouxe estabilidade aos docentes e às nossas escolas, com a colocação de professores por três anos, apesar ter provocado alguma celeuma aquando da sua introdução, as últimas alterações vão no mesmo sentido, colocando os que efectivamente querem viver e trabalhar nos Açores.

Sobre esta problemática aguardemos a decisão do Tribunal Constitucional, mas sabemos desde já que se esta não for atendida serão os nossos alunos e as nossas escolas que perderão. Tão certa é a nossa visão dos concursos que o actual Ministro da Educação, Professor David Justino compreendeu que a nossa solução também poderia ser encarada para as outras regiões do país.

A solução encontrada não resolveu a problemática do desemprego dos professores, estão por colocar mais de um milhar de professores que concorreram. Todavia a problemática a nível dos que cá residem é este ano muito menor ou quase nula para aqueles que concorreram a toda a Região, sendo de poucas dezenas os candidatos que concorreram a todas as ilhas e ainda não foram contratados.

A situação seria mais difícil para alguns se o Governo Regional reduzisse para metade os professores previstos para a área de projecto, estudo acompanhado e formação cívica, áreas curriculares do 3.º ciclo, ou ainda impedisse que se desenvolvesse a Educação Artística, limitando a oferta aos professores existentes nesta área na Escola. Foram essas as principais medidas do Governo Central da responsabilidade do PSD, para poupar no

recrutamento de Professores. Sabemos estas medidas não são defensáveis pelo PSD local, mas será porque está na oposição!

Hoje temos mais de 98% de professores profissionalizados, 99,7% são detentores de habilitação própria, havendo apenas 9 professores sem habilitação própria. Em 1995/96, os profissionalizados eram apenas de 59% do total dos docentes do 2.º e 3.º ciclo e secundária.

Se esta melhoria dos recursos humanos das nossas escolas, trará melhor qualidade e regular funcionamento do nosso sistema de ensino, coloca questões de alguma acuidade financeira para a Secretaria Regional da Educação, porque longe vão os tempos em que “a mão de obra” era considerada “barata”.

Senhor Presidente

Senhoras e Senhores Deputados

Senhor Presidente e Membros do Governo

Este Governo, como o anterior, tem afectado recursos financeiros à Educação que representam um grande esforço da Região.

Dos últimos dados do PIB conhecidos, os 1999, os investimentos na Educação representam qualquer coisa como 9,1%, muito acima das médias nacional e europeia.



Se no Plano Médio Prazo 93/96 se previu investir nas construções escolares 1 200 000 contos, os Governos do PS na sua primeira legislatura triplicaram estes valores e hoje estão próximos do seu quíntuplo. Razões inflacionárias não explicam este aumento, então porquê um investimento tão elevado neste sector ?

A resposta é vossa conhecida Senhores Deputados, mas valerá a pena relembrar o que encontrámos ao nível do parque escolar em 1996:

- 1) Sobrelotação crónica das escolas dos principais centros urbanos;
- 2) Escolas demasiado distantes, obrigando os alunos a fazer percursos diários superiores a 30 Km;
- 3) Edifícios escolares extremamente degradados;
- 4) Escolas com uma população escolar excessiva.
- 5) Escolas com ensino secundário sem a devida adaptação.

A estas situações os Governos do PS têm vindo a dar a sua resposta ilha a ilha, concelho a concelho, construindo, requalificando e adaptando.

No 1.º ciclo foram feitos investimentos na recuperação ou ampliação da quase totalidade do parque existente, que durante anos a fio esteve ao abandono. Foram construídas novas escolas, entrando na rede este ano lectivo a Escola Básica e Jardim de Infância da Vista Alegre, destinada aos alunos das freguesias de Conceição e Matriz da Cidade da Horta, juntando-

se a outras novas escolas construídas nas Velas, no Pico da Urze, na Carreirinha, na Lagoa e no Topo.

Nos 2.º e 3.º Ciclos e Secundário a Escola do Corvo, a Escola das Furnas, Escola da Maia, a Secundária da Lagoa, a nova escola dos Ginetes em construção, a nova escola do Topo, a reconversão da Francisco Ornelas da Câmara, a requalificação e adaptação das escolas Pde. Maurício de Freitas, das Flores, Bento Rodrigues de Santa Maria, a do Nordeste e a da Graciosa, demonstram a resposta que este Governo tem dado às lacunas apontadas.

Em preparação estão o lançamento dos concursos para a requalificação da Escola Básica Roberto Ivens, em Ponta Delgada e das novas escolas de S. Carlos e da Horta.

Um dos problemas que muitas das nossas escolas sofriam era o da manutenção corrente Hoje, com novo regime de autonomia nas nossas escolas, eliminamos este crónico problema.

Apesar dos muitos milhões investidos em escolas que já fizemos, reconstruímos e ampliámos, apesar de termos diminuído as distâncias percorridas por muitos alunos, apesar de se ter aumentado o número de escolas profissionais, apesar de termos aumentado o número de professores para os apoios educativos, apesar da descentralização e regime jurídico criado, todavia, há e haverá sempre uma preocupação e um esforço no sentido de melhorar a qualidade do nosso ensino e das nossas escolas.



Horta, 24 de Setembro de 2002.

O Deputado

José do Rego